



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2016  
RELATÓRIO**

**11º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ, com competência previdenciária.**

**Juíza Federal Titular: DRA. MARCELLA ARAÚJO DA NOVA BRANDÃO**

**Juiz Federal Substituto: DR. VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA**

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 15 até 19 de fevereiro de 2016, a correição ordinária eletrônica do 11º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro/RJ, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

**RECOMENDAÇÕES:**

- Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias;
- Verificar e cobrar a devolução do processo nº 0017487-86.2015.4.02.5101 remetido ao órgão externo com prazo de devolução vencido;
- Regularizar os processos suspensos cujo motivo para suspensão tenha sido cadastrado equivocadamente;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- Atentar para a inserção da classificação de sentença no corpo do referido ato, o qual deve corresponder ao tipo de sentença registrada no sistema Apolo, conforme prevê artigo 5º, parágrafo único, da Resolução CJF nº 535/2006;
- Observar e retificar, quando possível, a classificação das sentenças, de forma a evitar a classificação como “vazias”;
- Regularizar o tipo de intimação das sentenças cadastradas como “de expediente” e “interlocutória”;
- Verificar a classificação dos tipos de intimação de sentença, de modo a evitar a duplicidade de cadastro, conforme fls. 21/22 do Relatório. Para tanto, se for o caso, deverá ser aberto chamado junto à Informática, a fim de regularizar a questão;
- Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

De acordo com a Portaria PR-RJ nº 58, de 15 de janeiro de 2016, a Procuradora da República Dra. Marina F. de Carvalho Fernandes foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício nº 282-DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 14/12/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

**(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)**

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dra. Marcella Araújo da Nova Brandão, em exercício desde 19/08/2013.

. Substituto: Dr. Victor Roberto Corrêa de Souza, em exercício desde 09/04/2014.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

**→ ORGANIZAÇÃO**

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados na Vara: 13

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 09

Técnico Judiciário/Segurança: 00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição.

→ **ACERVO TOTAL**  
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizado	Situação em 2014	Correição 2016
Total	4321	1853
Suspensos	700	570
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>3621</b>	<b>1283</b>

Fonte: Relatório da Inspeção anual de 2014 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo aos períodos de 01/01/2014 a 31/12/2014 e de 01/02/2015 a 31/01/2016, extraídos em 04/02/2016.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**  
(art. 181 da CNCR)

Período	01/02/2015 a 31/01/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	5.019	29,59	3
Decisão	7.298	43,03	2
Sentença	4.644	27,38	25
<b>Total Geral</b>	<b>16.961</b>	<b>100,00</b>	<b>9</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mapas: Planilha Apolo Excel – Intimados, relativa ao período de 01/02/2015 a 31/01/2016.

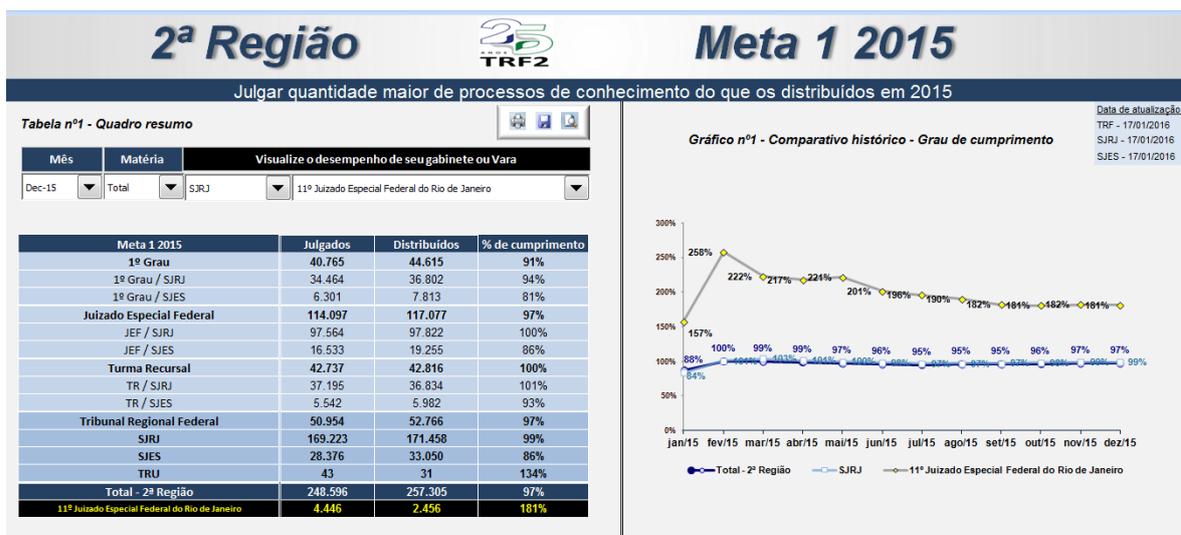
→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

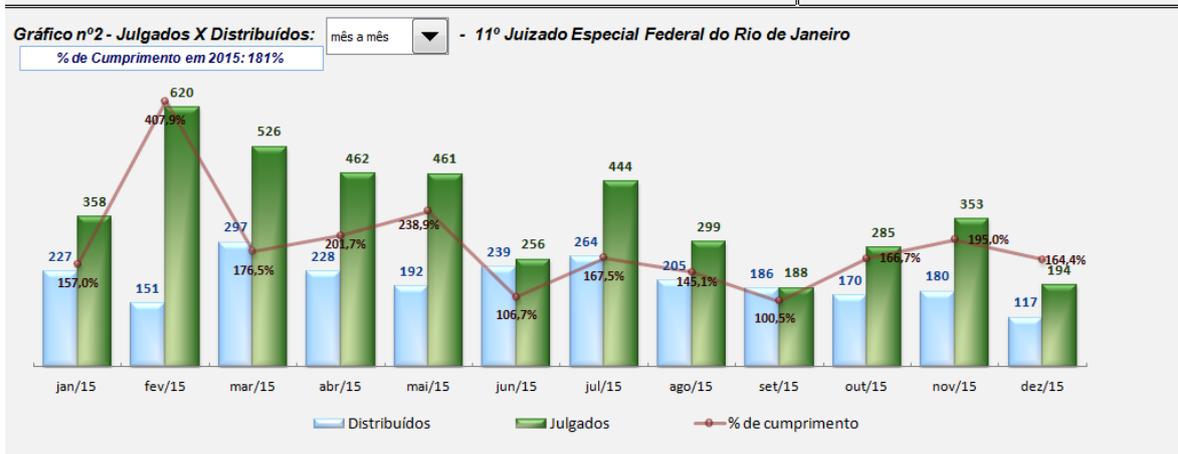
(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 04/02/2016, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 181%**, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 04/02/2016.

## II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Não há processos pendentes de julgamento, conforme gráfico a seguir:

**2ª Região** **Meta 2 2015**

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

**Relatório nº 1 - Quadro resumo**

Data de atualização:  
TRF - 31/12/2015  
SJRJ - 31/12/2015  
SJES - 31/12/2015

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.268	66.183	3.735	69.918	4.350	94%
1º Grau / SJRJ	65.533	58.367	3.315	61.682	3.851	94%
1º Grau / SJES	8.735	7.816	420	8.236	499	94%
Juizado Especial Federal	96.366	93.980	1.832	95.812	554	99%
JEF / SJRJ	75.408	73.415	1.472	74.887	521	99%
JEF / SJES	20.958	20.565	360	20.925	33	100%
Turma Recursal	23.699	23.559	133	23.692	7	100%
TR / RJ	19.650	19.628	20	19.648	2	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	15.377	10.222	2.368	12.590	2.787	82%
SJRJ	160.591	151.410	4.807	156.217	4.374	97%
SJES	33.742	32.312	893	33.205	537	98%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>209.710</b>	<b>193.944</b>	<b>8.068</b>	<b>202.012</b>	<b>7.698</b>	<b>96%</b>
<b>11º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro</b>	<b>987</b>	<b>952</b>	<b>35</b>	<b>987</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>

**Verifique o Acervo Meta2 pendente:**

Acesso pendente TRF  
 Acesso pendente SJRJ  
 Acesso pendente SJES



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 04/02/2016.

**III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.**

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

**IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)**

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).**

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 04/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 111%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**2ª Região** **Meta 5 2015**

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente

Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado

Mês: Dec-15 | Vara: 11º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Percentual de cumprimento =  $(\Sigma P5.3) / (\Sigma P5.1 + 1 + \Sigma P5.5 - \Sigma P5.7) \times 100$

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	32.319	20.805	19.229	12.469	11.174	35.190	87%
1º Grau / SJRJ	26.673	14.495	15.054	10.513	9.430	27.197	97%
1º Grau / SJES	5.646	6.310	4.175	1.956	1.744	7.993	64%
Juizado Especial Federal	11.593	33.159	34.968	1.418	399	10.803	102%
JEF / SJRJ	10.164	27.812	30.146	1.340	382	8.788	105%
JEF / SJES	1.429	5.347	4.822	78	17	2.015	89%
SJRJ	36.837	42.307	45.200	11.853	9.812	35.985	102%
SJES	7.075	11.657	8.997	2.034	1.761	10.008	75%
Total - 2ª Região	43.912	53.964	54.197	13.887	11.573	45.993	96%
11º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	499	1.796	2.008	28	16	299	111%

Verifique o Acervo Meta 5 atual:

- Acervo pendente SJRJ
- Acervo pendente SJES

**VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

**VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.**

Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 04/02/2016.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **AUDIÊNCIAS (DE 01/02/2015 A 31/01/2016)**  
(Art. 35, I, CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, houve o agendamento e a realização de 244 audiências, no período compreendido entre 15/02/2015 e 01/02/2016 (item 3.2).

Conforme consulta à agenda de audiências do Módulo de Consultas e Relatórios do Sistema Apolo, no período de 01/02/2015 a 31/01/2016, a primeira audiência realizada foi a de 04/02/2015, sendo a última a de 27/01/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e questionário pré-correição (item 3.2).

➔ **PROCESSAMENTO DE FEITOS**

**1. INICIAIS**  
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Não foram localizados locais virtuais para as iniciais.

De acordo com o questionário pré-correição, “*as iniciais são analisadas e despachadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias*” (item 3.11).

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11 e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 15/02/2016, às 15h.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## 2. BALCÃO DE ENTRADA

Constam 27 documentos, sendo o mais antigo de 11/02/2016, relativo ao processo nº 0109405-21.2015.4.02.5151.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 15/02/2016, às 15:09.

## 3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.11.1):

*“O balcão de entrada é acessado diariamente, de forma que os processos distribuídos a este Juizado são encaminhados para as Mesas Eletrônicas dos servidores do Gabinete.*

*Os processos com Termo de Prevenção são despachados em 48 (quarenta e oito) horas. Os demais não permanecem sem despacho inicial por mais de 5 (cinco) dias”.*

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado em 2015 (item 8):

*“A análise de tais processos é feita de forma regular. O Juízo vem cumprindo as normas legais e regulamentares atinentes aos requisitos das certidões cartorárias para a análise de prevenção, litispendência e coisa julgada e despachando o mais rapidamente possível de forma a garantir que o processo chegue ao juízo natural rapidamente”.*



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, e Relatório de Inspeção Anual, item 8, encaminhado através do Ofício nº JFRJ-OFI-2015/08550, de 29/05/2015, realizada no período de 18 a 22/05/2015.

**4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO:**  
**(Arts. 227 da CNCR)**

Posição em	15/02/2016
Conclusão até	12/02/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	N/A
Decisão	0	N/A
Sentença	0	N/A
<b>Total Geral</b>	<b>0</b>	<b>N/A</b>

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Concluídos, extraído em 15/02/2016.

**5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:**  
**(Arts. 228 da CNCR)**

Posição em	15/02/2016
Último Movimento até	12/02/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	46	97,87
Mais de 60	1	2,13
<b>Total Geral</b>	<b>47</b>	<b>100,00</b>

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

01045907820154025151 – Autuado em 25/08/2015. Trata-se de ação previdenciária com pedido de aposentadoria especial. Decisão determinando que o réu apresente cópia do processo administrativo, em 30/09/2015 (fl. 50). O feito encontra-se concluso para decisão, desde 15/02/2016, com minuta no sistema Apolo.

00000313620164025151 – Autuado em 11/01/2016. Trata-se de ação objetivando a revisão da renda mensal de benefício previdenciário. Decisão determinando a citação do INSS, devendo a autarquia informar sobre a possibilidade de conciliação, em 12/01/2016 (fl. 26). O feito encontra-se atualmente concluso para sentença, desde 16/02/2016.

00027941020164025151 – Autuado em 13/01/2016. Trata-se de ação objetivando a desaposentação do autor, com concessão de nova aposentadoria. Decisão deferindo o pedido de gratuidade de justiça e determinando a citação do INSS, devendo a autarquia informar sobre a possibilidade de conciliação, em 14/01/2016 (fl. 26).

00064824820144025151 – Autuado em 31/03/2014. Trata-se de ação em que se formulou pedido de benefício assistencial. Sentença de procedência parcial (tipo A), proferida em 30/04/2015 (fls. 100/103). Recurso interposto pelo INSS, em 19/05/2015 (fls. 109/115). Acórdão dando parcial provimento ao recurso, em 21/10/2015 (fls. 143/146). Despacho determinando a intimação do INSS para dar cumprimento ao julgado, com a apresentação de planilha de cálculos dos valores devidos, entre outras providências, em 11/11/2015 (fls. 150/151). Último movimento de juntada de petição do Autor, em 12/01/2016.

00069057120154025151 – Autuado em 16/01/2015. Trata-se de ação objetivando a concessão de aposentadoria, com o reconhecimento do tempo de serviço. Sentença de procedência parcial (tipo A), proferida em 01/10/2015 (fls. 150/153). Certidão de trânsito em julgado, em 22/10/2015 (fl. 159). Petição do INSS apontando erro material na sentença, em 09/11/2015 (fls. 161/166). Decisão dando nova redação ao dispositivo da sentença, apenas



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

para torná-lo mais claro, em 19/11/2015 (fls. 168/169). Despacho determinando a intimação do INSS para dar cumprimento ao julgado, com a apresentação de planilha de cálculos dos valores devidos, entre outras providências, em 08/01/2016 (fls. 176/177). Intimação do INSS por confirmação, em 15/01/2016 (fl. 179). **O feito encontra-se parado desde então.**

00131348120144025151 – Autuado em 16/07/2014. Trata-se de ação com pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição. Sentença de procedência parcial, proferida em 08/12/2015 (fls. 272/274). **Não consta o tipo no corpo da sentença,** embora tenha sido cadastrada no Apolo como sendo do tipo A. Certidão de trânsito em julgado, em 13/01/2016 (fl. 280). **O feito encontra-se parado desde então.**

00191366720144025151 – Autuado em 23/10/2014. Trata-se de ação declaratória de união estável cumulada com pedido de concessão de pensão por morte. Decisão determinando a expedição de mandado de citação, diante do novo endereço da ré, em 16/02/2016 (fl. 438).

00214144120144025151 – Autuado em 09/01/2015. Trata-se de ação objetivando a concessão pensão por morte. Sentença de procedência (tipo A), proferida em 30/07/2015 (fls. 83/86). Recurso interposto pelo INSS, em 05/08/2015 (fls. 91/95). Acórdão negando provimento ao recurso, em 19/11/2015 (fls. 116/119). Certidão de trânsito em julgado, em 15/12/2015 (fl. 121). Despacho determinando a intimação do INSS para dar cumprimento ao julgado, com apresentação de planilha de cálculos dos valores devidos, entre outras providências, em 18/12/2015 (fls. 122/123). Intimação automática do INSS, em 07/01/2016 (fl. 125). Publicação do despacho em 11/01/2016 (fl. 126). **O feito encontra-se parado desde então.**

00231181120154025101 – Autuado em 10/03/2015. Trata-se de ação com pedido de concessão de aposentadoria por invalidez ajuizada perante a 9ª Vara Federal. Decisão declinando da competência para um dos Juizados



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Especiais Federais, em 10/03/2015 (fl. 83). Sentença de procedência parcial (tipo A), proferida em 25/11/2015. Certidão de trânsito em julgado, em 14/12/2015 (fl. 129). Despacho determinando a intimação do INSS para dar cumprimento ao julgado, com apresentação de planilha de cálculos dos valores devidos, entre outras providências, em 08/01/2016 (fls. 131/132). Intimação por confirmação do INSS, em 15/01/2016 (fl. 134). **O feito encontra-se parado desde então.**

00305820420134025151 – Autuado em 19/11/2013. Trata-se de ação de benefício previdenciário c/c obrigação de fazer. Sentença de procedência, em 24/04/2015 (fls. 54/55). **Não consta o tipo no corpo da sentença**, embora tenha sido cadastrada no Apolo como sendo do tipo A. Certidão de trânsito em julgado em 12/08/2015 (fl. 64). RPV enviado em 28/10/2015 (fl. 72). Em 16/12/2015, despacho deferindo novo prazo de cinco dias para que a autora junte aos autos o termo de curatela (fl. 112). Ato ordinatório determinando a expedição de alvará de levantamento, em 12/01/2016 (fl. 118), o qual foi expedido em 04/02/2016 (fl. 121).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraído em 15/02/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 16/02/2016.

## **6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA**

**(Arts. 180 e 318 da CNCR)**

Aguardando juntada, em 15/02/2016, constam 05 documentos, todos de fevereiro/2016, referentes aos seguintes processos:

- 00110426220164025151;
- 00681940520154025151;
- 01007199820124025101;
- 01116145020144025101;
- 01624426020154025151.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual, “*não há expedientes pendentes de juntada com prazo que extrapole o estabelecido no art. 180 da Consolidação de Normas dessa E. Corregedoria*” (item 5).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 15/02/2016, e Relatório de Inspeção Anual, item 5, encaminhado através do Ofício nº JFRJ-OFI-2015/08550, de 29/05/2015, realizada no período de 18 a 22 de maio de 2015.

**7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS**  
**(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Foram encontrados os seguintes locais virtuais para controle de prazos, entre outros:

PRAZO "A" - VISTA LAUDO (ANO.MÊS.DIA): existem 23 documentos, sendo o mais antigo de 22/01/2016, referente ao processo nº 0118102-31.2015.4.02.5151;

PRAZO "A" - CONTESTAÇÃO (ANO.MÊS.DIA): existem 35 documentos, sendo o mais antigo de 15/01/2016, referente ao processo nº 0141926-19.2015.4.02.5151;

PRAZO "A" - DIVERSOS (ANO.MÊS.DIA): existem 18 documentos, sendo o mais antigo de 18/01/2016, referente ao processo nº 0148634-85.2015.4.02.5151;

PRAZO "A" - EXPEDIÇÃO (ANO.MÊS.DIA): existem 24 documentos, sendo o mais antigo de 21/01/2016, referente ao processo nº 0026225-10.2015.4.02.5151;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

PRAZO "A" - SUSPENSÃO (ANO.MÊS.DIA): existem 15 documentos, sendo o mais antigo de 27/10/2015, referente ao processo nº 0020282-17.2012.4.02.5151;

PRAZO "B" - CONTESTAÇÃO (ANO.MÊS.DIA): existem 53 documentos, sendo o mais antigo de 15/01/2016, referente ao processo nº 0152406-56.2015.4.02.5151;

PRAZO "B" - DIVERSOS (ANO.MÊS.DIA): existem 30 documentos, sendo o mais antigo de 22/01/2016, referente ao processo nº 0029968-33.2012.4.02.5151;

PRAZO "B" - EXPEDIÇÃO (ANO.MÊS.DIA): existem 10 documentos, sendo o mais antigo de 25/01/2016, referente ao processo nº 0128485-68.2015.4.02.5151;

PRAZO "B" - SUSPENSÃO (ANO. MÊS.DIA): existem 04 documentos, sendo o mais antigo de 11/03/2015, referente ao processo nº 0027651-62.2012.4.02.5151;

PRAZO CONTRARRAZÕES (ANO.MÊS. DIA): existem 12 documentos, sendo o mais antigo de 15/01/2016, referente ao processo nº 0139426-77.2015.4.02.5151.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 15/02/2016, às 16:18.

## **8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).**

Foram encontrados os seguintes locais virtuais:



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

AGUARDANDO RETIRADA DE ALVARÁ OU CERTIDÃO (ANO.MÊS.DIA - DO AGENDAMENTO): constam 19 documentos, sendo o mais antigo de 11/02/2016, referente ao processo nº 0000633-32.2013.4.02.5151;

EXPEDIÇÃO "A" – AJG: constam 34 documentos, sendo o mais antigo de 03/02/2016, relativo ao processo nº 0115382-91.2015.4.02.5151;

EXPEDIÇÃO "B" – RPV: constam 51 documentos, sendo o mais antigo de 25/01/2016, referente ao processo nº 0006249-51.2014.4.02.5151;

PRAZO GERAL – RPV: não há documentos.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.  
– Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 15/02/2016, às 16:25.

**9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:**  
**(Art. 189 da CNCR)**

Posição em	15/02/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	1
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>

Foi analisado o seguinte processo:



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

00317441920154025101 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), constando anotação no Termo de Autuação (fls. 27/28).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 15/02/2016.

## **10. PUBLICAÇÕES**

**(Art. 181 da CNCR).**

Total Geral de Boletins Gerados	Período	<b>02/2015 a 01/2016</b>
	Processos	<b>13.842</b>
	Boletins	<b>287</b>
	Média (Proc. / Bol.)	<b>48,23</b>
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	<b>5,01</b>

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 04/02/2016.

## **11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO**

Consta 01 (um) processo com prazo vencido, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0017487-86.2015.4.02.5101	MPF	03/02/2016	15/02/2016	02

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, vencidos e não devolvidos até 16/02/2016.

## **12. SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

a) Total de processos suspensos (em 15/02/2016): 579

b) Motivo da suspensão:

- Aguardando decisão de instância superior: 03
- Cumprimento precatório/RPV: 393
- Outros - Fase Conhecimento: 175
- Outros - Fase/Processo Execução: 08

c) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento nº 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

-Aguardando decisão de instância superior:

00118735220124025151 – **Salvo melhor juízo, o motivo para a suspensão é o de cumprimento de precatório/RPV;**

00317441920154025101  
01218966020154025151

- Cumprimento precatório/RPV:

00158886420124025151  
00075544120124025151  
00069516520124025151  
00240412320114025151  
00577793620104025151

- Outros - Fase Conhecimento:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00016041720134025151 - **Salvo melhor juízo, o motivo para a suspensão é o de cumprimento de precatório/RPV;**

00091263220124025151 - **Salvo melhor juízo, o motivo para a suspensão é o de cumprimento de precatório/RPV;**

00251702920124025151 - **Salvo melhor juízo, o motivo para a suspensão é o de cumprimento de precatório/RPV;**

00102274120114025151 - **Salvo melhor juízo, o motivo para a suspensão é o de cumprimento de precatório/RPV;**

00044009720144025101 - **Salvo melhor juízo, o motivo para a suspensão é o de aguardando decisão de instância superior.**

- Outros - Fase/Processo Execução:

00035912520124025151 - **Salvo melhor juízo, o motivo para a suspensão é o de cumprimento de precatório/RPV;**

01047337220124025151 - **Salvo melhor juízo, o motivo para a suspensão é o de cumprimento de precatório/RPV;**

00256348720114025151 - **Salvo melhor juízo, o motivo para a suspensão é o de cumprimento de precatório/RPV;**

00326263020124025151 - **Salvo melhor juízo, o motivo para a suspensão é o de cumprimento de precatório/RPV;**

00202821720124025151

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 15/02/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, em 16/02/2016.

### 13. SENTENÇAS

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total: 4.644

- a. **Convertida em diligência: 168**
- b. **Convertido (a) o (a) julgamento em diligência: 05**
- c. Embargos de declaração:
  - i. **Acolhidos com resolução de mérito: 01**
  - ii. **Não acolhidos com resolução de mérito: 03**
  - iii. **Acolhidos: 24**
  - iv. **Acolhidos em parte: 04**
  - v. Não conhecidos: 03
  - vi. **Rejeitados: 106**
- d. Resolução de mérito:
  - i. **Homologada a transação: 01**
  - ii. **Conciliação/Transação Homologada: 18**
  - iii. **Improcedente: 36**
  - iv. **Pedido Improcedente: 1.478**
  - v. Pedido Improcedente – dispensada a citação: 531
  - vi. **Procedente em parte: 15**
  - vii. **Pedido Procedente em parte: 173**
  - viii. **Procedente: 16**
  - ix. **Pedido Procedente: 264**
    - x. Pedido Procedente com Tutela Deferida: 385
    - xi. Pedido Procedente com Tutela Deferida parcialmente: 64
    - xii. Pedido Procedente em parte com Tutela Deferida: 475
    - xiii. Pedido Procedente em parte com Tutela Deferida parcialmente: 01
- e. Sem resolução de mérito:
  - i. Sem Resolução do Mérito: 692
  - ii. Desistência da ação: 04
  - iii. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 01



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- iv. Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 08
- v. Extinto o processo por perempção, litispendência ou coisa julgada: 02
- vi. Indeferimento da petição inicial: 16

f. **De expediente: 05**

g. **Interlocutória: 01**

h. **Vazias: 16**

#### 14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011). Foram inspecionados os seguintes processos:

##### 1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

0008381-52.2012.4.02.5151 – **sem classificação no corpo da sentença;**  
0019207-69.2014.4.02.5151 - **sem classificação no corpo da sentença;**  
0000240-73.2014.4.02.5151  
0000599-57.2013.4.02.5151 - **sem classificação no corpo da sentença;**  
0000065-45.2015.4.02.5151

##### 2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

0080457-69.2015.4.02.5151  
0082250-43.2015.4.02.5151  
0009526-41.2015.4.02.5151  
0009728-18.2015.4.02.5151  
0009641-62.2015.4.02.5151

**3. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):**

0014945-76.2014.4.02.5151  
0019035-30.2014.4.02.5151  
0018928-83.2014.4.02.5151  
0018722-69.2014.4.02.5151  
0016931-65.2014.4.02.5151

**4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):**

0154977-34.2014.4.02.5151  
0165240-81.2014.4.02.5101  
0166233-71.2014.4.02.5151  
0165986-90.2014.4.02.5151  
0165967-40.2014.4.02.5101

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 04/02/2016, Relatório de Estatística de Sentenças, extraído do Sistema Apolo, em 17/02/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, em 17/02/2016.

**15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)**  
**(Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.3.2):



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

*“Os processos com prioridade legal são verificados a partir da associação de identificador específico e os processos incluídos nas Metas do CNJ a partir de acompanhamento mensal, para imprimir maior celeridade nas intimações e publicações, a fim de que sejam encaminhados à conclusão com brevidade”.*

## 16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário pré-correição (item 3.3.4):

*“A fim de aperfeiçoar o trabalho, os processos são encaminhados para a mesa eletrônica “GABINETE – SENTENÇAS – NÃO PADRONIZADAS (ANO.MÊS)” ou “GABINETE – SENTENÇAS – PADRONIZADAS (ANO.MÊS)”, com a indicação do ano e mês da abertura da conclusão para sentença, facilitando a distribuição dos processos para as mesas eletrônicas dos servidores do apoio aos Gabinetes”.*

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 e 3.3.4.

## 17. EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

### Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	259	259

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 04/02/2016.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 01/02/2015 a 31/01/2016).  
(Art. 217, II, da CNCR)**

- a. Total de requisições: 3.780
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 135 dias.

**- RPV's: 3.480**

. Cadastrados: 136

. Enviados: 3.344

**- Precatórios (Parcela única): 300**

. Cadastrados: 10

. Enviados: 290

**- Precatórios Parcelados: 00**

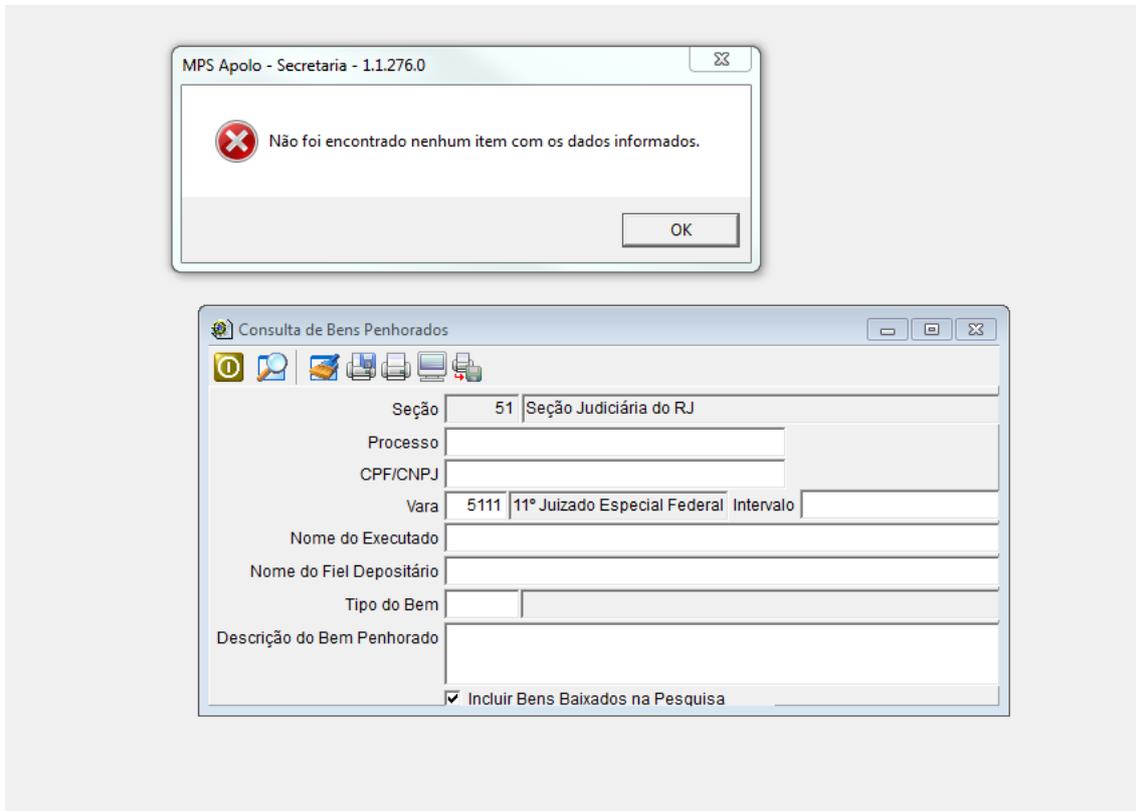
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 04/02/2016.

**➔ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS  
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Não constam bens constritos, conforme consulta ao Sistema Apolo:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, em 03/02/2016.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**  
(Resolução CJF nº 428, de 07/04/2005)

Não constam bens acautelados/apreendidos, conforme consulta ao Sistema Apolo:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

MPS Apolo - Secretaria - 1.1.276.0 - [Relatório de Material Apreendido/Acautelado]

Cadastro Processo Expediente Petição Guia de Remessa Consultas Relatórios Processo Eletrônico Janela Ferramentas Ajuda

**Sistema da JFRJ**

Seção 51 Seção Judiciária do RJ

Vara 5111 11º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Período de Acaut. /Apreensão até 16/02/2016

Acautelado/Apreendido

Acautelado  Apreendido

Levantamento

Ativos  Baixados

Período de Baixa até

MPS Apolo - Secretaria - 1.1.276.0

Não existem dados para a impressão do Relatório.

OK

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, em 16/02/2016.

## ➔ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição (item 5):

*“Foram verificados e não encontradas irregularidades nos livros deste Juizado de processos eletrônicos:*

*I – Livro de Ponto do Servidores;*

*II – Livro de Reclamações – constam apenas dois elogios aos Magistrados e Servidores do 11º JEF, em 27/05/2015, por uma advogada, e em 05/08/2015, por uma autora”.*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por sua vez, nos termos do relatório de inspeção anual, foram inspecionados os seguintes livros e pastas, de acordo com o Provimento nº 11, de 04 de abril de 2011, da Corregedoria-Geral:

“*Livros:*

- I) *Livro de Ponto e*
- II) *Livro de Reclamações (sem nenhuma anotação)*

*Pastas:*

- III) *Pasta de Relatórios de Inspeções;*
- IV) *Pasta de Atos do Plantão – regular contendo todos os atos praticados pelo juízo durante o período de plantão, sendo o último plantão ocorrido de 11 a 14 de abril de 2015;*
- V) *Pasta de Alvarás;*
- VI) *Pasta de Certidões Expedidas pela Secretaria;*
- VII) *Pasta de Ofícios Expedidos;*
- VIII) *Pasta de Ofícios Recebidos pela Secretaria;*
- IX) *Pasta de Mandados;*
- X) *Pasta de Cartas Precatórias;*
- XI) *Pasta de Atas de Audiências;*
- XII) *Pasta de Sentenças e*
- XIII) *Pasta de Portarias Expedidas”.*

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/08550).

## ➔ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o questionário pré-correição, “o 11º Juizado Especial Federal tem instalações adequadas”.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição (item 4).

**→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO**

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo (item 6.2):

Metas de curto prazo (3 meses): *“No geral a situação do 11º JEF é muito boa. A idéia nos próximos meses além da manutenção dos prazos de prolação de sentença e exame de inicial é incrementar o setor de cálculos, com a realização de 10% a mais de cálculos nos processos”*.

Metas de médio prazo (6 meses): *“Seguir no incremento do setor de cálculos em mais 10%”*.

Metas de longo prazo (1 ano): *“aumentar em mais 10% do percentual de cálculos realizados em secretaria, de forma que ao final do ao tenhamos cerca de 30% dos cálculos sendo feitos em secretaria”*.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Taissa Souza Medeiros, Mat. nº 15.567